

ARTIGO | *PAPER*

O SUJEITO E A INSTITUIÇÃO POLICIAL MILITAR: REFLEXÕES SOBRE MILITARIZAÇÃO, SOFRIMENTO E TRAUMA.

THE INDIVIDUAL AND THE MILITARY POLICE INSTITUTION:
REFLECTIONS ON MILITARIZATION, SUFFERING, AND TRAUMA.

Adilson Paes de Souza ^a

^a Doutor em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano e Pós-doutorando em Psicologia Social pelo Instituto de Psicologia da USP.

RESUMO

A Polícia Militar, tal qual é conhecida hoje, foi criada durante a ditadura que assolou o Brasil. Este modelo sobreviveu à redemocratização do país e constitui um entulho autoritário, uma demonstração de que a ditadura ainda se faz presente em nossa realidade. A militarização da polícia se solidifica. Com o intuito de se tornarem policiais militares, pessoas oriundas dos mais variados estratos da nossa sociedade, ao ingressarem na Instituição, são submetidos a atividades humilhantes e desgastantes, há um trauma psicológico, muitas vezes não elaborado – a negação da dor é um elemento presente, de forma preponderante, neste processo. Estas pessoas são submetidas ao processo de mortificação do eu, com o intuito da criação de um novo ser, dotado de características especiais, insensível à dor e ao sofrimento, aptos a enfrentar todas as adversidades inerentes ao exercício da profissão. Tal formação, visando constituir a identidade do policial militar como um guerreiro imbatível, é baseada em verdadeiros ritos de passagem apresentando a humilhação e a submissão a atos de violência como elementos importantes no processo de formação do novo sujeito policial. Este artigo, através de relatos de policiais militares que foram submetidos a estas práticas, desvela histórias de lugares traumáticos e proporciona aportes de conhecimento relevantes para refletir, com base na psicologia social, sobre uma realidade em que o sofrimento, embora não admitido, faz-se presente produzindo danos à saúde destes profissionais e, por que não, à nossa democracia.

PALAVRAS-CHAVE

Militarização, Polícia Militar, Sofrimento, Trauma.

ABSTRACT

The Military Police, as it is known today, was created during the dictatorship that ravaged Brazil. This model survived the country's redemocratization and constitutes an authoritarian remnant, demonstrating that the dictatorship still permeates our reality. The militarization of the police is solidifying. In order to become military police officers, people from the most diverse strata of our society, upon entering the institution, are subjected to humiliating and exhausting activities. This results in psychological trauma, often unresolved—the denial of pain is a predominant element in this process. These individuals are subjected to a process of self-mortification, aiming to create a new being, endowed with special characteristics, insensitive to pain and suffering, capable of facing all the adversities inherent in the profession. Such training, aimed at establishing the identity of the military police officer as an unbeatable warrior, is based on veritable rites of passage, presenting humiliation and submission to acts of violence as important elements in the process of forming the new police officer. Through accounts from military police officers who were subjected to these practices, this article reveals stories of traumatic experiences and provides relevant insights for reflecting, based on social psychology, on a reality in which suffering, although not acknowledged, is present, harming the health of these professionals and, why not, our democracy.

KEYWORDS

Militarization, Military Police, Suffering, Trauma

COMO CITAR ESTE ARTIGO

SOUZA, Adilson Paes. O sujeito e a instituição policial militar: reflexões sobre militarização, sofrimento e trauma. Cadernos do Lepaarq, v. XXII, n. 44, p.192 - 201, Jul-Dec, 2025.

Introdução

A edição do Ato Institucional nº 5, em 1968, significou o início da fase mais repressiva e violenta da ditadura que assolou o Brasil. Havia uma resistência aguerrida contra o regime de exceção e fez-se necessário o recrudescimento nas ações executadas pelos órgãos de repressão (COMBLIN, 1978; HUGHINS, HARITOS-FATOUROS, ZIMBARDO, 2006; FICO, 2025). O exército brasileiro não possuía condições materiais e humanas para se fazer presente em todas as cidades brasileiras, ou em quase todas. A saída para tal impasse foi engajar a polícia na luta contra os ditos subversivos e inimigos da nação, dada a sua presença disseminada na sociedade. Em 1969, com o Decreto Lei 667, foi criada a Polícia Militar à imagem e semelhança do exército brasileiro. O decreto, que menciona expressamente o AI 5 como fundamento, representou o ápice da militarização das polícias, que agora seriam miniexércitos estaduais, subordinados ao exército brasileiro (SOUZA, 2020; BORDIN, 2021; FELITTE, 2023).

Havia a necessidade de formar policiais, agora militarizados, para caçar, prender e eliminar os inimigos do regime, lançados à condição de inimigos da nação. Para tanto, os policiais militares deveriam receber treinamento adequado conforme os ditames militares, para atuação na sociedade. Os policiais eram submetidos a atividades aviltantes, tendo a violência como elemento preponderante. O sofrimento, a dor e o trauma psicológico deveriam ser negados e, portanto, convividos na sua intimidade. A possibilidade de compartilhamento da experiência era negada.

Este artigo propõe, através relatos de policiais que vivenciaram experiências traumáticas, uma reflexão sobre a constituição da subjetividade e o sofrimento experimentado por estes profissionais.

Operários da violência na ditadura brasileira

Huggins, Haritos-Fatouros e Zimbardo (2006) descrevem como, durante a ditadura brasileira, policiais “comuns” foram transformados em perpetradores de violência, mais precisamente de torturas e assassinatos daqueles que eram considerados inimigos do regime. Havia método na seleção desses policiais e na submissão a um processo de formação baseados na humilhação, na imposição de castigos físicos, no estímulo à desconfiança entre os alunos e no silêncio. O objetivo, segundo os autores, era a produção de seres insensíveis à dor, própria e alheia, a naturalização da violência a ponto de ser aplicada em outras pessoas, sem provocar questionamentos e remorsos.

Os alunos (policiais) eram treinados para serem aptos a guerrear contra e eliminar os inimigos da nação. Muitas vezes as aulas de torturas eram realizadas com pessoas vivas, moradores de rua, sequestrados pelos instrutores (HUGGINS, HARITOS-FATOUROS E ZIMBARDO, 2006). A exposição constante à violência produziu nestes policiais sofrimento e trauma psicológico muitas vezes não admitidos e elaborados. Os policiais relataram o envolvimento com o uso abusivo de substâncias entorpecentes lícitas e ilícitas, a eclosão de problemas familiares e episódios de iso-

lamento social. O relato do policial Sérgio apresenta as consequências havidas com o seu envolvimento com o trabalho na repressão militar:

Às vezes, eu não dormia durante três noites [seguidas]. Tomava Perbidim para evitar cair no sono. Quando algo extremamente grave estava iminente, como eu podia dormir? Você não pode se permitir. Chegou a um ponto em que eu não era (...) Estava tudo amontado (Relato de Sérgio – HUGHINS, HARITOS-FATOUROS E ZIMBARDO, 2006, p. 395).

Nunca dediquei tempo a minhas filhas. Elas viajavam, saiam e eu, nunca. Eu nunca tinha férias. Não havia nenhuma, então era um trabalho extenuante, esgotante, absorvente (Relato de Sérgio – HUGHINS, HARITOS-FATOUROS E ZIMBARDO 2006, p. 396).

O processo de formação do policial militar – ser militar

O processo de redemocratização do país não promoveu alteração no sistema de segurança pública concebido na ditadura, havendo um continuum de violência, nos mesmos moldes da que era praticada no antigo regime. A Polícia Militar é constituída, predominantemente, por homens. A masculinidade em nossa sociedade, está associada a ter mais força, a ser mais resistente, capaz de suportar todas as adversidades e a não expor emoções em público, para não parecer fraco (LEMES, MARTINS, 2024).

O processo de formação na polícia militar reforça essa realidade por ser baseado na dor, trotes violentos e humilhação com a finalidade de forjar o guerreiro. Compreendido como um novo ser dotado de valores próprios da instituição, momento em que a supremacia em relação àqueles que não são policiais é apregoada e a negação da dor em si mesmo adquire contornos de força e coragem, tudo isso em detrimento de toda experiência acumulada até então. O relato do policial militar Paulo ilustra esta situação

[Fui] submetido a atividades violentas, tais como: ficavam em pé no sol por cerca de 2 horas, após foram separados em grupos e iniciaram uma corrida que levava a outras áreas da escola, conhecida como “senzala”. Houve muita gritaria e xingamentos, fomos tratados de forma grosseira e humilhante, nos chamavam de bicho, monstro, jegue, etc (SOUZA, 2020, p. 64).

Com o processo de mortificação do eu, opera-se a morte do eu civil para a construção do self militar, cujo objetivo é a eliminação da identidade havida antes para a constituição de um novo ser que se percebe como um super-homem, dotado de superpoderes (SOUZA, 2020). O relato de Souza é revelador

As únicas menções às pessoas civis eram para enaltecer os militares. Sim, nós embora estivéssemos em um curso de formação de policiais militares, éramos tratados como mi-

litares. Expressões do tipo “paisano é bom, mas tem muito”³; “o militar é superior ao tempo”, “o militar não sente dor e nem fome”, “o militar não chora” entre outras, eram frequentemente empregadas. Havia, nitidamente, um ambiente estruturado para que nós nos percebêssemos como pessoas acima do normal, diferentes de outras pessoas que não usavam uniformes. Havia sim um sentimento de onipotência estabelecido (SOUZA, 2020, p. 17).

Para Hughins, Haritos-Fatouros e Zimbardo

[...] fundamental entre eles era a modelagem da obediência do treinado à autoridade militar. Isto parece ter implicado inúmeras estratégias de “desindividualização” para *desmontar a identidade e a individualidade prévias do treinando aviltando seu status anterior e remoldando-o sob forma de uma identidade grupal controlada pela Polícia Militar* (HUGHINS, HARITOS-FATOUROS E ZIMBARDO, p. 273)

A militarização, que transformou as polícias em exércitos militares, persiste. Seus integrantes, outrora envolvidos numa guerra constante contra inimigos, ou seja, as pessoas classificadas como subversivas, passaram com o fim da ditadura, a atuar tendo como alvo – o inimigo da vez – os negros, os pobres e os moradores de áreas periféricas aos centros urbanos (PENGLASE, 2018). Para tanto, estabeleceu-se uma estrutura organizacional estratificada, baseada em relações de poder assimétricas, impedindo a participação de seus membros nas tomadas de decisão e constituindo em fonte de tensão e de estresse. Além disso, a militarização é avessa ao compartilhamento de dados e de experiências com a sociedade (SOUZA, 2020; SOUZA, FELTRAN, 2023).

Sofrimento, dor e trauma psicológico – guerreiro não chora

Prazer e sofrimento são dois elementos presentes na vida do policial militar. O reconhecimento de seu trabalho, expresso na concessão de condecorações, elogios e na aceitação pelo grupo, o faz ter satisfação com a atividade que realiza e faz com ele seja exemplo de referência de conduta, proporciona prazer. Contudo, o sofrimento adquire contornos importantes quando o prazer não advém. Adquire relevo, neste contexto, a subcultura policial, um fenômeno pouco estudado no Brasil, que consiste na existência de regras elaboradas pelo grupo, diferentes das normas oficiais prescritas pela instituição, que devem ser compartilhadas pelos membros e que são um requisito essencial para a permanência de um sujeito neste grupo. O anonimato e o segredo são elementos vitais para a sua existência (ROSE, UNNITHAN, 2015). Com a subcultura policial, a busca por auxílio profissional pelo policial para lidar com o estresse e o sofrimento experimentados é considerada, pelos demais membros do grupo, um ato de covardia e de desconfiança. O policial que experimenta um trauma psicológico acaba não tendo com quem compartilhar esta experiência e nem como tratá-lo adequadamente, pois há o temor de sofrer represália (SOUZA,

2020).

De acordo com Marçal et al

[...] percebe-se que os PMs vivenciam uma linha tênue entre o prazer e o sofrimento. Quando não há possibilidades para a mobilização do sofrimento, instala-se o sofrimento patogênico, aquele que o indivíduo demonstra um esgotamento de seus recursos internos e dificuldade para ressignificar o sofrimento, comprometendo o equilíbrio psíquico (MARÇAL ET AL, 2020, p. 212)”.

Desse modo, a negação institucionalizada do sofrimento, do trauma psicológico e de quaisquer outras manifestações que possam ser consideradas fraqueza é sedimentada. O que se torna invisível para o grupo, manifesta-se individualmente nos corpos dos policiais, como bem demonstram os dados referentes à saúde desse grupo de trabalhadores. Dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública apontam que no Brasil morreram, respectivamente, em 2022, 85 e em 2021, 86 policiais militares em razão do suicídio (LEMES, MARTINS, 2024). No estado de São Paulo, em 2023, com base em dados da Secretaria de Segurança Pública, o número de policiais que morreram devido ao suicídio é o dobro daqueles que morreram em ocorrências policiais (PONTE JORNALISMO, 2024). O perfil dos policiais militares, relacionados ao suicídio, é o seguinte: homens no suicídio consumado e mulheres, na tentativa, evangélicos, brancos, faixa etária de 31 a 40 anos, com o uso de arma de fogo, casados, praças (menor nível hierárquico), trabalhavam no serviço operacional e estavam no serviço ativo (MIRANDA, 2016; OUVIDORIA, 2019; IPPES, 2022).

A possibilidade de retaliação é algo relacionado ao sofrimento, este provavelmente ligado ao pertencimento ao grupo e a ameaça de ser excluído. A presença de ritos de passagem, baseados na dor, na humilhação e na violência para ser aceito no grupo e gozar de prestígio entre os pares, o que gera um processo de avaliação constante pelos colegas e pelos superiores, é também uma fonte de sofrimento e pressão sobre os policiais. Apesar de vigorar a representação de indivíduo ou a ideologia do individualismo nos modos de compreender as patologias, contribuições do campo da saúde, do entendimento sobre a determinação social da doença, da psicodinâmica do trabalho, particularmente das estratégias defensivas levam a perspectiva de olhar para o sujeito como sujeito do grupo.

Enrique Pichon-Rivière (1998a, 1998b) ensina que a mútua determinação que se dá entre sujeito e estrutura social em última instância, constitui-se pelas relações sociais. ou seja, o indivíduo não é uma ilha isolada das questões e dos problemas da sociedade. Para este autor o processo de subjetivação é histórico, social e político, e que não há psicologia individual sem a presença do outro. Scarcelli e Castellani afirmam que “[...] O ser humano é concebido como pessoa que integra uma totalidade em três dimensões (mente, corpo e mundo exterior) [...] (SCARCELLI, CASTELLANI, 2020, p. 222)”. Para Pichon-Rivière, o ser humano em situação, ou seja, inserido no cotidiano, é o objeto de estudo e de possibilidade de mudança na realidade social que ele se situa

e constrói as suas relações.

Relatório elaborado pela Ouvidoria das Polícias do Estado de São Paulo e pelos Conselhos Federal e Estadual de Psicologia, concluiu que “O processo de adoecimento no trabalho **é, ao mesmo tempo, individual e social. Não se pode compreendê-lo de maneira unilateral**, exigindo a análise mais complexa das relações que produzem saúde e das relações que produzem adoecimento (OUVIDORIA, 2019, p. 70, grifo nosso). A maneira como a pessoa se relaciona com o mundo e elabora as experiências vividas poderão repercutir na sua psique e colaborar na produção e expressão de sua subjetividade. Não existe a constituição do sujeito sem o outro. Sigmund Freud apontou isto quando afirmou que

Na vida psíquica do ser individual, o Outro é via de regra considerado enquanto modelo, objeto, auxiliador e adversário, e, *portanto, a psicologia individual é também, desde o início, psicologia social*, num sentido ampliado, mas inteiramente justificado. (FREUD, 2011, p. 14).

Pichon-Rivière corrobora esta afirmação, ao postular que a investigação sobre a realidade em que se insere o indivíduo é sempre orientada em uma tríplice direção: a Psicossocial: que diz respeito à relação do sujeito com os outros e consigo mesmo, a Sociodinâmica, que analisa as diversas tensões entre os membros de um grupo que se configura como uma estrutura e a Institucional, que analisa os grandes grupos (PICHON-RIVIÈRE, 1998a).

Na Polícia Militar, estão presentes fatores organizacionais (a militarização da polícia), funcionais (sistema rígido de hierarquia), operacionais (escalas de serviços abusivas), sociais (a pressão por desempenho) e subjetivos (pertencimento ao grupo e estresse) que atuam sobre o policial e colaboram na construção de sua identidade e na constituição de uma subjetividade que pode se expressar de maneira prejudicial à saúde do próprio policial, bem como da sociedade em que ele está inserido e desenvolve as suas atividades.

Super-herói também sofre

O processo de formação, a militarização da polícia militar, fenômeno exacerbado com a recente aprovação da Lei Orgânica das Polícias Militares (BRASIL, 2023) e a existência de uma subcultura policial são elementos que merecem destaque, posto que colaboram para que a polícia se feche ainda mais, sendo refratária a qualquer tipo de acesso e controle vindos da sociedade civil, o que praticamente impossibilita o acesso a dados críveis, impedindo ou dificultando a realização de estudos e a descoberta de possíveis caminhos para que os policiais tenham a saúde mental devidamente cuidada e que, assim, o sofrimento e ao trauma vivenciados, possam ser adequadamente elaborados. O policial Rafael expõe a metamorfose pela qual passou, nos anos que trabalhou na Polícia Militar e o sofrimento experimentado

Assim era o ambiente em que foi concebido o malgrado de Rafael e tantos outros mais, homens que saíram de suas casas para serem inevitavelmente contaminados por um mal arrebatador, arraigado nos costumes da instituição; indivíduos que foram absorvidos e perderam a identidade natural para ceder lugar a um complexo sistema de vícios e maneirismos e que, suplantados pelo massivo bombardeio de exemplos contrários às antigas concepções, inverteram o próprio norte moral, totalmente despercebidos da transmutação. (NOGUEIRA, 2013, p. 96).

Um dos efeitos proporcionados pela militarização das polícias militares é a dificuldade ou até mesmo a impossibilidade de acesso aos dados referentes à saúde mental destes profissionais, a saber: limitações metodológicas, devido ao difícil acesso ou a inexistência de informações, os dados não são coletados com regularidade, e, quando o são, não são trabalhados de forma sistemática; questões socioculturais, em razão do tabu social em torno do adoecimento psíquico e, em particular, do suicídio no ambiente policial e nos casos de suicídio camuflados por colegas e familiares, visando preservar o direito dos herdeiros ao seguro de vida; a cultura organizacional, que impõe às instituições policiais no Brasil a resistência na disponibilização desse tipo de informação para o público/pesquisadores; além da inconsistência e da inconstância dos dados, uma vez que há falta de parâmetros sociodemográficos que possibilitem a realização de estudos comparativos com segmentos da população (MIRANDA, 2019; IPPES, 2022). Especificamente sobre o suicídio policial, Miranda (2019) assevera que “Há controvérsias no que se refere à validação e confiabilidade das taxas de suicídio entre policiais.” (MIRANDA, 2019, p. 48), pois os dados não são precisos devido à má qualidade, à resistência por parte da polícia em compartilhar e a falta de uma metodologia confiável (MARTINS, LEMES DA CRUZ, 2023).

Os policiais militares, acreditando serem militares em um campo de batalha, deparam com situações de perigo, vivem em constante estado de alerta, os níveis de estresse são altos e não possuem um sistema de atenção à saúde mental que dê conta desta realidade. Por muitas vezes atuam com violência e produzem sofrimento e trauma psicológico nas pessoas alvos de suas ações, mas também sofrem e convivem com traumas psicológicos não elaborados.

Referências bibliográficas

- BORDIN, M. A GUERRA É A REGRA. A hipermilitarização da segurança pública no Brasil. PG EDITORIAL. 2021.
- BRASIL. LEI Nº 14.751, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2023. Institui a Lei Orgânica nacional das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/l14751.htm. Acesso em 12 jun. 2025.
- COMBLIN, J. A Ideologia da Segurança Nacional. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1978.

- FELLITE, A. História da Polícia no Brasil. Estado de Exceção Permanente? São Paulo: Autonomia Literária. 2023.
- FICO, C. UTOPIA AUTORITÁRIA BRASILEIRA. São Paulo: Planeta do Brasil. 2025.
- FREUD, S. Psicologia das Massas e Análise do Eu. São Paulo: Companhia das Letras. 2011.
- HUGHINS, M. K., HARITOS-FATOUROS, M., ZIMBARDO, P. G. Operários da Violência: policiais torturadores e assassinos reconstroem as atrocidades brasileiras. Brasília: Editora universidade de Brasília. 2006.
- IPPES – INSTITUTO DE PESQUISA PREVENÇÃO E ESTUDOS EM SUICÍDIO. Boletim IPPES 2022 - Notificação de Mortes Violentas Intencionais e Tentativas de Suicídio entre Profissionais de Segurança Pública no Brasil. Disponível em: <file:///C:/Users/souza/OneDrive/Desktop/IPPES/Boletim%20IPPES%202022.pdf>. 2022.
- LEMES, J., MARTINS, J. Guerreiros adoecidos: a saúde mental dos policiais sob alerta. São Paulo: Fonte Segura. Disponível em: <https://fontesegura.forumseguranca.org.br/guerreiros-adoecidos-a-saude-mental-dos-policiais-sob-alerta/>. 2024.
- MAIA, D. B., MARMAR, C. R., METZLER, T., NÓBREGA, A., BERGER, W., MENDLOWICZ, M. V., COUTINHO, E. S. F., FIGUEIRA, I. Post-traumatic stress symptoms in an elite unit of Brazilian police officers: prevalence and impact on psychosocial functioning and on physical and mental health. National Library of Medicine. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/16859752/>. 2007.
- MARÇAL, H. I. F., SCHLINDWEIN, V. L. C., BARBOSA, E. A. G., SILVA, M. O. Vivências de prazer-sofrimento na organização do trabalho dos policiais militares da Região Norte. Cadernos de Psicologia Social do Trabalho, 2020, vol. 23, n. 2, p.203-217 – DOI: 10.11606/issn.1981-0490.v23i2p203-217. 2020.
- MARTINS, J., LEMES DA CRUZ, J. O silencioso adoecimento psíquico de policiais no Brasil. São Paulo: Fonte Segura. Disponível em: <https://fontesegura.forumseguranca.org.br/o-silencioso-adoecimento-psiquico-de-policiais-no-brasil/>. 2023.
- MIRANDA, D. Porque os Policiais se Matam. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2016.
- _____. O Suicídio Policial em São Paulo: o que sabemos? In: OUVIDORIA DA POLÍCIA (SP). Uma Análise Crítica sobre o Suicídio Policial. São Paulo. 2019.
- NOGUEIRA, R. Como Nascem os Monstros. Rio de Janeiro: Topbooks. 2013.
- OUVIDORIA DA POLÍCIA (SP). Uma Análise Crítica sobre o Suicídio Policial. São Paulo. 2019.
- PENGLASE, B. Invadindo a favela: Ecos das Práticas Policiais entre os Pobres Urbanos no Brasil. In: GARRIOT, W. (Org.). Policiamento e Governança Contemporânea. A Antropologia da Polícia na Prática. São Paulo: Editora UNICAMP. 2018.
- PICHON-RIVIÈRE, E. O Processo Grupal. São Paulo: Martins Fontes. 1998a.
- _____. Teoria do vínculo. São Paulo: Martins Fontes. 1998b.
- PONTE JORNALISMO. Sob Tarcísio, suicídio de PMs bate recorde em SP e faz duas vezes mais vítimas do que homicídios. São Paulo. Disponível em: <https://ponte.org/sob-tarcisio-suicidio-de-pms-bate-recorde-em-sp-e-faz-duas-vezes-mais-vitimas-do-que-homicidios/> – suicídio.

2024.

ROSE, T.; UNNITHAN, P. In or out of the group? Police subculture and occupational stress. *Policing: An International Journal of Police Strategies & Management*, Vol. 38. Issue: 2. 2015.

SCARCELLI, I. R; CASTELLANI, R. M. As trocas de comissão técnica e suas ressonâncias em equipes do futebol profissional: uma análise psicossocial. In: Brasília: Revista Brasileira de Psicologia do Esporte. v.10. n° 2. Setembro 2020.

SOUZA, A. P. O policial que mata: um estudo sobre a letalidade praticada por policiais militares do Estado de São Paulo, São Paulo: Instituto de Psicologia – USP (Tese de Doutorado), 2020.

SOUZA, A. P., FELTRAN, G. Nova lei das PMs, que uniu bancada da bala e PT, é pior que decreto da ditadura. São Paulo. 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2023/12/nova-lei-das-pms-que-uniu-bancada-da-bala-e-pt-e-pior-que-decreto-da-ditadura.shtml>. Acesso em: 05 dez. 2023.

Recebido em: 13/06/2025

Aprovado em: 10/07/2025

Publicado em: 19/12/2025